

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2007 (Do Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a respeito da compensação financeira pela exploração de recursos minerais e propor mudanças na legislação.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que, após ouvido o plenário desta Comissão, seja aprovada a realização de audiência pública para debatermos assuntos relativos a lei de compensação financeira para exploração do petróleo e de recursos minerais. No caso da aceitação de meu pleito, sugiro convidar as autoridades listadas abaixo:

- Dr. Aécio Neves, governador do estado de Minas Gerais;
- Dra. Ana Júlia, Governadora do estado do Pará;
- Dr. Itamar Franco, ex-presidente da República do Brasil;
- Dr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, presidente da Petrobras;
- Dr. Miguel Antônio Cedraz Mery, Diretor-Geral do DNPM;
- Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da ANP;
- Dr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor-Presidente do IBRAM;
- Dr. Roger Agnelli, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce;
- Dr. Waldir Silva Salvador, Presidente da Assoc. dos Municípios Mineradores de Minas Gerais.

JUSTIFICATIVA

A audiência pública requerida se faz necessária devido a grande disparidade existente entre a compensação financeira do petróleo e do gás natural quando comparada com atividades mineradoras.

Durante a audiência pretendo apresentar uma análise comparativa onde será mostrada de forma clara que o setor mineral, proporcionalmente, contribui muito menos, em termos de participações governamentais, que o setor de petróleo e gás natural. Assim sendo, sugiro a discussão objetivando a correção dessa distorção criando uma participação especial no setor mineral a ser cobrada quando de sua exploração, a exemplo do o que ocorre no setor petróleo. Isso acontecendo, haverá grandes benefícios para a sociedade brasileira como um todo.

Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira
PV-MG